

## Relatório da Administração – Primeiro Semestre de 2008

**Senhores Acionistas,**  
Submetemos à apreciação de V. Sas. o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e o parecer dos Auditores Independentes, referente às atividades da AIG Brasil Cia. de Seguros relativo aos semestres findos em 30 de junho de 2008 e 2007.

A empresa é uma subsidiária do Grupo Unibanco e do American International Group (AIG), conforme nota explicativa nº 1.

Até o seu acordo de acionistas, a Companhia conta com a experiência da AIG na precificação e aceitação de riscos e com o conhecimento do mercado brasileiro pelo Unibanco.

Recomendamos a leitura do extrato das operações combinadas do Grupo Unibanco AIG, que será publicado no jornal O Estado de São Paulo em 29 de agosto de 2008.

O Comitê de Auditoria do Conglomerado exerce, também, a função de Comitê de Auditoria das Empresas de Seguros e Previdência, conforme requerido pela Resolução SUSEP nº 118 de 22 de dezembro de 2004. O resumo do Relatório do Comitê de Auditoria sobre as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2008 da Companhia foi publicado nas demonstrações financeiras da instituição líder do Conglomerado Unibanco, de acordo com o disposto no Art. 19 da referida Resolução.

### Balço Patrimonial em 30 de Junho

	2008		2007	
	2008	2007	2008	2007
<b>ATIVO</b>				
<b>CIRCULANTE</b>	<b>109.113</b>	<b>118.217</b>	<b>59.964</b>	<b>59.714</b>
DISPONÍVEL	2.924	460	3.463	7.815
Caixa e bancos	2.924	460	1.926	1.567
APLICAÇÕES (Nota 4)	98.183	108.096	20	58
<b>CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS</b>	<b>6.106</b>	<b>5.965</b>	<b>1.382</b>	<b>6.059</b>
Prêmios a receber	3.900	3.893	135	131
Operações com seguradoras	75	(2)		
Operações com resseguradoras	1.733	1.727		
Outros créditos operacionais	401	353		
(-) Provisão para riscos de créditos	(3)	(6)		
<b>TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER</b>	<b>1.608</b>	<b>3.460</b>	<b>5.247</b>	<b>5.544</b>
Títulos e créditos a receber	5	3	11	6
Créditos tributários e previdenciários (Nota 6 (a))	1.603	3.457	392	386
<b>OUTROS VALORES E BENS</b>	<b>204</b>	<b>142</b>	<b>1.810</b>	<b>1.741</b>
Bens à venda	204	142	282	253
<b>DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS</b>	<b>88</b>	<b>94</b>	<b>2.752</b>	<b>3.158</b>
Seguros e resseguros	88	94	3.015	704
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>59.074</b>	<b>52.502</b>	<b>48.239</b>	<b>45.651</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>52.001</b>	<b>45.060</b>	<b>48.239</b>	<b>45.651</b>
APLICAÇÕES (Nota 4)	19.383	11.956	1.861	1.063
Títulos de renda fixa	19.383	11.956	33.322	27.572
<b>TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER</b>	<b>32.618</b>	<b>33.104</b>	<b>12.385</b>	<b>16.811</b>
Títulos e créditos a receber	476	454	671	205
Créditos tributários e previdenciários (Nota 6 (a))	8.343	8.512	21.081	24.089
Depósitos judiciais e fiscais	23.352	23.691	21.081	24.089
Outros créditos a receber	447	447	11.832	14.720
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>7.067</b>	<b>7.442</b>	<b>11.832</b>	<b>14.720</b>
Participações societárias	169	-	11.832	14.720
Imóveis destinados à renda	15.590	15.590	9.249	9.369
Outros investimentos	86	86	9.249	9.369
(-) Provisão para desvalorização	(86)	-	87.142	86.916
(-) Depreciação	(8.692)	(8.234)	70.000	59.618
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.382</b>
Bens móveis	193	188	86	86
(-) Depreciação	(188)	(188)	113	3.753
<b>DIFERIDO</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>10.358</b>	<b>5.044</b>
Despesas de organização, implantação e instalação	1	-	(1.371)	(1.043)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>168.187</b>	<b>170.719</b>	<b>168.187</b>	<b>170.719</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	2008					2007				
	Capital		Reservas de		Lucros	Ajustes de títulos e valores mobiliários		Lucros acumulados		Total
	social	aprovação	Capital	Reavaliação		mobiliários	acumulados	mobiliários	acumulados	
<b>EM 1º DE JANEIRO DE 2007</b>	<b>60.018</b>	<b>9.982</b>	<b>86</b>	<b>3.794</b>	<b>5.044</b>	<b>692</b>	-	-	-	<b>79.616</b>
Ajustes de aumento de capital	(400)	400	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de reavaliação - realização	-	-	-	(41)	-	-	41	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(1.735)	-	-	(1.735)	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	9.035	-	9.035	-
<b>EM 30 DE JUNHO DE 2007</b>	<b>59.618</b>	<b>10.382</b>	<b>86</b>	<b>3.753</b>	<b>5.044</b>	<b>(1.043)</b>	<b>9.076</b>	<b>86.916</b>	<b>9.076</b>	<b>86.916</b>
<b>EM 1º DE JANEIRO DE 2008</b>	<b>70.000</b>	-	<b>86</b>	<b>3.712</b>	<b>15.447</b>	<b>(766)</b>	-	<b>88.479</b>	-	<b>88.479</b>
Reversão de reavaliação	-	-	-	(3.599)	-	-	3.599	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(605)	-	(605)	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	6.968	6.968	-	6.968
Juros sobre o capital próprio/Dividendos (Nota 10 (e))	-	-	-	-	-	-	(2.611)	(7.700)	-	-
<b>EM 30 DE JUNHO DE 2008</b>	<b>70.000</b>	-	<b>86</b>	<b>113</b>	<b>10.358</b>	<b>(1.371)</b>	<b>7.956</b>	<b>87.142</b>	<b>7.956</b>	<b>87.142</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Semestres Findos em 30 de Junho de 2008 e de 2007

#### 1 Contexto Operacional

A Seguradora é subsidiária do American International Group (AIG) e do Grupo Unibanco. Atua em seguros gerais e de vida, inclusive em co-seguro com a sua coligada Unibanco AIG Seguros S.A.

#### 2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, normas regulamentares aprovadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e normalização complementar estabelecida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

As demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2007, apresentadas para fins de comparação, foram reclassificadas, quando aplicável, para melhor apresentação e dentro dos padrões definidos pela Circular SUSEP nº 356/07, que introduziu alterações na classificação das contas do balanço patrimonial, da demonstração do resultado, bem como a modificação na forma de apresentação na demonstração de origens e aplicações de recursos. Adicionalmente, apresentamos a demonstração do resultado dos semestres findos em 30 de junho de 2008 e de 2007, com as alterações da Circular nº 371 divulgada em 03 de julho de 2008.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para contingências, na apuração de reservas vinculadas aos negócios de seguros e previdência privada e na seleção de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

#### 3 Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis adotadas pela AIG Brasil Seguros S.A. emanam das disposições da Lei das Sociedades por Ações (sem considerar os efeitos da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, a ser regulamentada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), conforme mencionado na nota explicativa 15 (c)), da Comissão de Valores Mobiliários, das normas regulamentares aprovadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e normalização complementar estabelecida pela SUSEP.

##### (a) Apuração de resultado

- Os prêmios de seguro, assim como suas correspondentes despesas de comercialização, são reconhecidos nos resultados quando da emissão das apólices, e ajustados por meio da variação da provisão de prêmios não ganhos e das despesas de comercialização diferidas, de acordo com o período decorrido de vigência das apólices.
- As comissões de agenciamento e angariação são diferidas no resultado, de forma linear, pelo prazo contratual das apólices.
- As operações de co-seguro aceito são contabilizadas com base nas informações recebidas das respectivas congêneres. As operações de retrocessão são contabilizadas com base nas informações recebidas do IRB-Brasil Resseguros S.A.
- Os ativos, exceto as aplicações financeiras, são ajustados ao seu valor provável de realização ou recuperação, quando menor, mediante constituição de provisão.
- O imposto de renda e a contribuição social foram calculados com base nas alíquotas em vigor em cada período, aplicadas sobre o resultado contábil, ajustado nos termos da legislação fiscal em vigor (nota explicativa 13 (b)).
- Os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social são reconhecidos contabilmente nos períodos em que são gerados (nota explicativa 13 (a)).

##### (b) Aplicações

- Títulos e valores mobiliários
- Os títulos e valores mobiliários são reconhecidos contabilmente de acordo com os critérios para registro e avaliação determinados pela Resolução CNSP nº 86/02, pela Circular SUSEP nº 356/07 e Carta Circular SUSEP nº 2/03. Os títulos e valores mobiliários são classificados quando de sua aquisição em duas categorias, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:
  - Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.
  - Títulos disponíveis para venda – adquiridos como parte da estratégia da Seguradora na administração do risco de mercado, podendo ser negociados como resultado de variações nas taxas de juros, mudanças nas condições de pagamentos ou outros fatores. São contabilizados e ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes com títulos e valores mobiliários", pelo valor líquido dos efeitos tributários.

##### (c) Créditos de operações com seguros e resseguros e outras contas a receber

Representam os valores contratados que se encontram pendentes de recebimento, em razão do parcelamento do prêmio, acrescidos dos respectivos juros, custo de apólice, imposto sobre operações financeiras (IOF) e coberturas acessórias.

Os juros cobrados em virtude do parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

A provisão para riscos de créditos é calculada pela Administração para cobrir as perdas esperadas na realização dos créditos, apurada com base na parcela de prêmios pendentes vencidos, acima de 60 dias, líquidos das cessões de risco, e respectivas provisões de prêmios não ganhos.

##### (d) Permanente

Demonstrado ao valor de aplicação ou custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:

- Os imóveis foram reavaliados em 2004, nos termos da Circular SUSEP nº 284/05. Os resultados apurados no processo de reavaliação foram registrados na forma determinada pela SUSEP.
- As depreciações do imobilizado são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, às taxas anuais de 10% para móveis e utensílios, 20% para equipamentos de processamento de dados e veículos, e pelo período remanescente de vida útil dos bens imóveis reavaliados, tomando por base os laudos dos peritos independentes.

##### (e) Ativos realizáveis e passivos exigíveis

São demonstrados pelos valores de realização ou liquidação, inclusive, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias, incorridos até a data do balanço.

##### (f) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pela Circular SUSEP nº 356/07.

Ativos contingentes – Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização.

Passivos contingentes – Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Obrigações legais – fiscais e previdenciárias – São derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras (nota explicativa 9).

##### (g) Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos nas Resoluções CNSP nº 181/07, 162/06. Ainda, nos termos da Resolução CNSP nº 135/05, uma avaliação atuarial das carteiras, com periodicidade anual, é realizada e encaminhada à Superintendência de Seguros Privados, com o respectivo parecer atuarial.

A provisão de prêmios não ganhos é constituída pela parcela de prêmio do seguro retido correspondente ao período de risco ainda não decorrido, de acordo com as normas da SUSEP.

A provisão de prêmios não ganhos relativa às operações de retrocessão é constituída com base em informações recebidas do IRB Brasil Resseguros S.A.

A provisão para insuficiência de prêmios é calculada segundo Nota Técnica Atuarial (NTA) e encaminhada à SUSEP.

Os encargos financeiros creditados às provisões técnicas são classificados como "Despesas financeiras".

A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, líquidos de recuperações, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação. Adicionalmente, é calculada uma provisão de sinistros estimados destinada à cobertura dos ajustes de estimativas da provisão de sinistros a liquidar, considerando inclusive aqueles processos civis relacionados a sinistros, cujo valor pode exceder aos valores contratados, gerados entre a data de aviso e a data de pagamento do sinistro, determinada em cálculos atuariais estabelecidos em Nota Técnica Atuarial (NTA), submetida à SUSEP.

A Seguradora constitui provisão de sinistros ocorridos mas não avisados ("Provisão de IBNR"), cujo valor foi determinado com base em cálculos atuariais que levaram em conta a experiência histórica e metodologia prevista em Nota Técnica submetida e aprovada pela SUSEP.

A provisão complementar de prêmios (PCP) foi constituída segundo as normas fixadas pela Resolução CNSP nº 162/06, alterada pela Resolução CNSP nº 181/07.

É constituída provisão para fazer face a encargos futuros com o Consórcio DPVAT, com base em informes emitidos pela administração do mesmo. Sobre os valores constituídos, são calculados juros à razão de 6% a.a., a débito da conta de "Despesas financeiras".

#### Performance Econômico-Financeira

No semestre findo em junho de 2008, a Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 7,0 milhões, enquanto seu resultado operacional atingiu R\$ 1,7 milhões.

Os prêmios emitidos pela Companhia, atingiram um volume de R\$ 19,7 milhões, enquanto sua performance financeira alcançou R\$ 4,3 milhões.

#### Distribuição de Lucros

A Companhia tem como prática a distribuição de juros sobre o capital próprio mensalmente aos acionistas e distribuição de dividendos complementares ao final do ano, garantindo um mínimo de 25% estabelecido no seu acordo de acionistas, após a constituição de 5% da reserva legal.

#### Perspectivas

A Companhia continuará expandindo suas operações, aumentando seu volume de prêmios e mantendo sua forte atuação nas políticas de precificação e aceitação de risco, visando à contínua melhoria do seu resultado operacional, e adicionalmente dar continuidade a boa performance das despesas

administrativas. Esta é a estratégia adotada pela Companhia, que a deixa preparada para um cenário de queda na taxa de juros.

#### Declaração de Capacidade Financeira

Atendendo à Carta-Circular SUSEP/DECON nº 002/03, complementada pelas orientações fornecidas na Circular SUSEP nº 356, de 20 de dezembro de 2007, declaramos que a empresa possui capacidade financeira compatível com as suas operações, conforme detalhado nas notas explicativas nº 3 (b) e nº 4. A Companhia não mantém títulos registrados como mantidos até o vencimento.

#### Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Acionistas, parceiros de negócios, corretores e clientes pela confiança em nossa administração bem como aos nossos colaboradores, pela sua decisiva contribuição para a conquista dos resultados da Companhia.

São Paulo, agosto de 2008.

A Diretoria

### Demonstração do Resultado para os Semestres Findos em 30 de Junho

	2008		2007	
	2008	2007	2008	2007
<b>OPERAÇÕES DE SEGUROS</b>				
Prêmios emitidos líquidos	19.658	18.270		
Prêmios cedidos em resseguros	(1.100)	(326)		
<b>PRÊMIOS RETIDOS</b>	<b>18.558</b>	<b>17.944</b>		
<b>VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS</b>	<b>(1.189)</b>	<b>(213)</b>		
<b>PRÊMIOS GANHOS</b>	<b>17.369</b>	<b>17.731</b>		
<b>SINISTROS RETIDOS (Nota 12 (a))</b>	<b>(11.614)</b>	<b>(10.713)</b>		
<b>DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO (Nota 12 (b))</b>	<b>(606)</b>	<b>(644)</b>		
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS (Nota 12 (c))</b>	<b>(252)</b>	<b>(380)</b>		
<b>CONTRIBUIÇÕES E PRÊMIOS PARA COBERTURA DE RISCOS</b>	<b>(6)</b>	<b>1.558</b>		
<b>(-) VARIAÇÃO DA PROVISÃO DE RISCOS</b>	<b>5</b>	<b>33</b>		
<b>(=) RECEITA COM COBERTURA DE RISCOS</b>	<b>(1)</b>	<b>1.591</b>		
<b>(-) BENEFÍCIOS E SINISTROS (Nota 12 (a))</b>	<b>186</b>	<b>(1.010)</b>		
<b>DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO (Nota 12 (b))</b>	<b>(17)</b>	<b>(256)</b>		
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS (Nota 12 (c))</b>	<b>(1.417)</b>	<b>(668)</b>		
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS (Nota 12 (d))</b>	<b>(1.364)</b>	<b>(942)</b>		
<b>DESPESAS COM TRIBUTOS (Nota 12 (d))</b>	<b>(568)</b>	<b>(852)</b>		
<b>RESULTADO FINANCEIRO (Nota 12 (e) (f))</b>	<b>4.335</b>	<b>8.542</b>		
<b>RESULTADO PATRIMONIAL (Nota 12 (g))</b>	<b>616</b>	<b>573</b>		
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>6.667</b>	<b>12.972</b>		
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>(408)</b>	<b>720</b>		
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>6.259</b>	<b>13.692</b>		
Imposto de renda (Nota 13 (b))	382	(3.425)		
Contribuição social (Nota 13 (b))	327	(1.232)		
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE</b>	<b>6.968</b>	<b>9.035</b>		
Quantidade de ações	108.427.875	108.427.875		
Lucro líquido por ação - R\$	0,06	0,08		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - Semestres Findos em 30 de Junho

	2008		2007	
	2008	2007	2008	2007
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>6.968</b>	<b>9.035</b>		
<b>MAIS:</b>				
Depreciações e amortizações	229	228		
- Variação aplicações	7.227	(13.950)		
- Variação dos créditos das operações	(1.542)	982		
- Variação de títulos e créditos a receber				



# AIG Brasil Companhia de Seguros

CNPJ nº 33.040.981/0001-50

www.unibancoaig.com.br  
www.corretorunibancoaig.com.br

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Semestres Findos em 30 de Junho de 2008 e de 2007

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 7 Depósito de Terceiros

	2008	2007
Cobrança antecipada de prêmios	(13)	(165)
Prêmios e emolumentos (1)	2.575	416
Outros depósitos	453	453
<b>Total</b>	<b>3.015</b>	<b>704</b>

(1) Prêmios e emolumentos recebidos são relativos à cobrança de prêmios cujas apólices encontram-se em processo de emissão, ou que já foram cobrados dos segurados. A conciliação com os prêmios pendentes ocorreu nos meses subsequentes, conforme os prazos estabelecidos pela SUSEP.

### 8 Demonstrativos das Provisões Técnicas, Sinistros a Liquidar e Despesas de Comercialização Diferidas

Ramos	2008				Despesas de comercialização diferidas
	Provisão de prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Outras provisões	
Penhor rural - instituições financeiras privadas	511	322	-	26	60
Acidentes pessoais coletivo	824	115	264	70	-
Benefitárias e produtos agropecuários	306	31	119	8	-
Renda de eventos aleatórios	66	6	24	4	17
Prestamista	52	442	903	43	-
Turístico	29	57	75	1	5
Vida em grupo	-	6.198	912	-	-
Transporte internacional	60	210	238	77	-
Compreensivo empresarial	8	557	28	-	1
Garantia de obrigações públicas	2	367	6	-	59
R.C. Geral	-	4.297	89	-	-
Responsabilidade civil facultativa	-	1.034	-	-	-
DPVAT (todas as categorias)	-	18.155	9.585	442	-
Demais ramos	3	1.531	142	-	(54)
<b>Total</b>	<b>1.861</b>	<b>33.322</b>	<b>12.385</b>	<b>671</b>	<b>88</b>

Ramos	2007				Despesas de comercialização diferidas
	Provisão de prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Outras provisões	
Penhor rural - instituições financeiras privadas	433	264	-	-	42
Acidentes pessoais coletivo	288	276	314	-	-
Benefitárias e produtos agropecuários	18	-	11	-	3
Renda de eventos aleatórios	110	4	36	-	27
Prestamista	65	338	2.590	-	-
Turístico	33	16	106	-	5
Vida em grupo	32	6.939	1.181	-	-
Transporte internacional	21	233	465	-	-
Compreensivo empresarial	14	1.147	19	-	3
Garantia de obrigações públicas	3	362	1	-	62
R.C. Geral	-	3.147	103	-	-
Responsabilidade civil facultativa	-	1.204	6	-	-
DPVAT (todas as categorias)	-	12.002	11.297	205	-
Demais ramos	46	1.640	688	-	(48)
<b>Total</b>	<b>1.063</b>	<b>27.572</b>	<b>16.811</b>	<b>205</b>	<b>94</b>

### 9 Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

A Seguradora é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, civil e trabalhista. Nas ações trabalhistas, o valor das contingências é provisionado com base na média histórica dos pagamentos efetuados, bem como, quando aplicável, os correspondentes depósitos judiciais efetuados.

Nas ações cíveis, que envolvem disputas principalmente relativas a danos morais e materiais, o montante provisionado representa a avaliação da administração dos prováveis sinistros nessas ações, com base na média histórica dos pagamentos efetuados ou, quando aplicável, de acordo com a avaliação de seus respectivos assessores jurídicos.

Os processos tributários que, com base na Circular SUSEP nº 356/07 são considerados Obrigações Legais, são integralmente provisionados independentemente da respectiva avaliação da probabilidade de perda.

Em 30 de junho de 2008, a AIG Brasil Companhia de Seguros mantinha provisão para tais causas no valor total de R\$ 8.584 (2007 - R\$ 8.531), dentre as quais destacamos as principais: (i) PIS Emenda Constitucional 10/96 e 17/07 no montante de R\$ 5.749 (2007 - R\$ 5.478); e (ii) INSS autônomo no valor de R\$ 1.388 (2007 - R\$ 1.389).

Os processos tributários classificados como obrigações legais têm, de acordo com os seus respectivos assessores legais, risco de perda remota ou possível. Os processos tributários que, com base na Circular SUSEP nº 356/07 são considerados contingências e cuja classificação de perda seja possível de acordo com a avaliação dos respectivos assessores legais, não são reconhecidos contabilmente. Em 30 de junho de 2008 os referidos processos líquidos dos efeitos tributários atingiram o montante de R\$ 7.946 (2007 - R\$ 1.804).

As provisões constituídas registradas em "Outros passivos contingentes" no exigível a longo prazo e respectivas variações em 30 de junho foram as seguintes:

	2008	2007
<b>Saldos patrimoniais</b>	<b>8.584</b>	<b>8.531</b>
Provisões fiscais	662	838
Provisões trabalhistas	3	-
Provisões cíveis	9.249	9.369
<b>Movimentação</b>	<b>9.344</b>	<b>8.761</b>
Saldo inicial	150	621
Constituição	(242)	(23)
Reversão	4	214
Juros/atualização	(7)	(204)
Pagamentos	9.249	9.369
<b>Saldo final</b>	<b>8.584</b>	<b>8.531</b>

### 10 Patrimônio Líquido

(a) Capital  
O capital social subscrito e integralizado está representado por 108.427.875 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

(b) Aumento de capital  
Conforme Portaria SUSEP nº 684 de 28 de junho de 2007 foi homologado pela SUSEP o aumento de capital no valor de R\$ 10.382 que elevou o capital social para R\$ 70.000.

(c) Reserva de capital  
Corresponde à reserva de subvenções para investimentos.

(d) Reservas de lucros  
A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

A reserva estatutária é constituída para assegurar à sociedade margem operacional até o limite máximo do capital social, constituída à base do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

	2008	2007
<b>Demonstração das reservas de lucros</b>	<b>5.001</b>	<b>4.255</b>
Reserva legal	5.357	789
Reservas estatutárias	10.358	5.044

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio  
As acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado conforme o art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Conforme Ata Sumária de Reunião da Diretoria Executiva, realizada em 31 de maio de 2008, foi proposto pela Administração, o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 7.700, sendo R\$ 5.089 de reserva de lucros e R\$ 2.611 do resultado do semestre, na razão de R\$ 0,07101495 por ação (R\$ 0,06036271 líquido de imposto de renda na fonte), gerando benefício fiscal obtido pela dedutibilidade no montante de R\$ 2.618.

(f) Capital adicional para o risco de subscrição  
A SUSEP divulgou as Resoluções CNSP de nos 155 a 158, em 26 de dezembro de 2006, que instituíram as regras de alocação de capital dos riscos provenientes da subscrição para os diversos ramos de seguros e também os critérios de atuação do órgão regulador em relação à eventual insuficiência de capital para as seguradoras, com vigência a partir de janeiro de 2008.

Em dezembro de 2007, a SUSEP editou a Resolução nº 178, do CNSP e a Circular SUSEP nº 355 revogando a Resolução nº 158, aumentando o prazo de adequação do capital mínimo de três para quatro anos. De acordo com os estudos efetuados pela Seguradora, o patrimônio líquido ajustado em 30 de junho de 2008, mostrou-se adequado ao valor exigido pela nova regra.

(g) Demonstração do patrimônio líquido ajustado - PLA e margem de solvência  
Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 356/07, o patrimônio líquido ajustado para os semestres findos em 30 de junho estão demonstrados a seguir:

	2008	2007
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>87.142</b>	<b>86.916</b>
Ativo diferido	(1)	-
<b>Patrimônio líquido ajustado</b>	<b>87.141</b>	<b>86.916</b>
<b>Margem de solvência</b>	<b>87.141</b>	<b>86.916</b>
0,20 Prêmio retenção anual média - últimos 12 meses	5.639	6.366
0,33 Sinistro retenção anual média - últimos 36 meses	6.774	7.281
Margem de solvência	6.774	7.281
Suficiência	80.367	79.635

### 11 Prêmios Ganhos - Principais Ramos de Atuação

	2008			2007		
	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento
DPVAT convênio	13.360	82,0%	1,0%	12.272	80%	0%
Prestamista	840	(54,0)%	28,0%	1.022	(29)%	28%
Vida em grupo	591	63,0%	2,0%	1.591	63%	16%
Acidentes pessoais/coletivo	1.430	19,0%	2,0%	3.106	(14)%	2%
Demais	1.148	(36,0)%	15,0%	1.330	54%	15%
<b>Total</b>	<b>17.369</b>	<b>67%</b>	<b>4%</b>	<b>19.321</b>	<b>61%</b>	<b>4%</b>

### 12 Detalhamento das Contas da Demonstração de Resultado

	2008	2007
<b>(a) Sinistros retidos (1)</b>	<b>(2.067)</b>	<b>(3.973)</b>
Sinistros diretos	(8.034)	(7.866)
Sinistros de consórcios e fundos	(12)	-
Serviços de assistência	108	414
Recuperação de sinistros	91	462
Salvados e ressarcimentos	(1.514)	(760)
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(11.428)	(11.723)
<b>Total</b>	<b>(975)</b>	<b>(1.156)</b>
<b>(b) Despesas de comercialização (1)</b>	<b>395</b>	<b>304</b>
Recuperação de comissões	(4)	(38)
Outras despesas de comercialização	(38)	(9)
Varição das despesas de comercialização diferidas	(1)	(1)
Despesas com cobrança (VI/VG)	(623)	(900)

### Parecer dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionistas

#### AIG Brasil Companhia de Seguros S.A.

- Examinamos os balanços patrimoniais da AIG Brasil Companhia de Seguros S.A. em 30 de junho de 2008 e de 2007 e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos dos semestres findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade da sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Seguradora, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Seguradora, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AIG Brasil Companhia de Seguros S.A. em 30 de junho de 2008 e de 2007 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos dos semestres findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à promulgação da Lei nº 11.638/07.

### (c) Outras receitas e despesas operacionais

	2008	2007
Recuperação de despesas	17	4
Receitas c/ participações em lucros	90	19
Desp. c/ adm. apólices e/ou contratos	(6)	(28)
Provisão para riscos de créditos duvidosos	(1)	8
Despesas com cobrança	(419)	(417)
Lucros atribuídos	(1.419)	(748)
Despesas com encargos sociais	(1)	(2)
Despesas diversas	(9)	-
Outras	79	116
<b>Total</b>	<b>(1.669)</b>	<b>(1.048)</b>

### (d) Despesas administrativas e com tributos

	2008	2007
Despesas com pessoal próprio	(14)	523
Despesas com serviços de terceiros	(1.268)	(1.248)
Despesas com localização e funcionamento	(14)	(5)
Despesas com tributos	(568)	(852)
Despesas com publicações	(74)	(41)
Despesas donativos e contribuições	(6)	(20)
Despesas diversas	12	(128)
Convênio DPVAT	(9)	(23)
<b>Total</b>	<b>(1.932)</b>	<b>(1.794)</b>

### (e) Receitas financeiras

	2008	2007
Receitas com títulos de renda fixa - privados	3.881	3.952
Receitas com títulos de renda fixa - públicos	2.689	6.362
Receitas com títulos de renda variável	4	214
Receitas com operação de seguros	134	424
Receitas depósitos e fundos retidos	8	16
Outras receitas financeiras	54	6
<b>Total</b>	<b>6.770</b>	<b>10.974</b>

### (f) Despesas financeiras

	2008	2007
Operações de seguros	(2.058)	(1.563)
Encargos sobre tributos	(54)	(29)
Impostos e contribuição de transações	(221)	(896)
Despesas financeiras eventuais	(102)	56
<b>Total</b>	<b>(2.435)</b>	<b>(2.432)</b>

### (g) Resultado patrimonial

	2008	2007
Receitas com imóveis de renda	616	573
<b>Total</b>	<b>616</b>	<b>573</b>

(1) Contempla os ramos elementares e Vida individual/Vida em grupo.

### 13 Imposto de Renda e Contribuição Social

(a) Provisão para tributos e crédito tributário e previdenciários  
O imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias são registrados em "Créditos Tributários e Previdenciários". Os créditos tributários sobre as adições temporárias são realizados quando da utilização ou reversão das provisões relacionadas.

	31 de dezembro de 2007	Constituição	Realização	30 de junho de 2008
Outras provisões não dedutíveis	2.699	47	17	2.729
Contribuição social a compensar (MP nº 2.158-35)	2.943	-	51	2.892
<b>Subtotal</b>	<b>5.642</b>	<b>47</b>	<b>68</b>	<b>5.621</b>
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	395	519	-	914
Obrigações fiscais diferidas	(3.328)	-	(3.253)	(75)
<b>Crédito tributário líquido</b>	<b>2.709</b>	<b>566</b>	<b>(3.185)</b>	<b>6.460</b>
<b>Total ativo</b>	<b>6.037</b>			<b>6.535</b>
<b>Total passivo (1)</b>	<b>(3.328)</b>			<b>(75)</b>

	31 de dezembro de 2006	Constituição	Realização	30 de junho de 2007
Provisão para perdas com créditos	5	-	3	2
Outras provisões não dedutíveis	2.848	122	251	2.719
Contribuição social a compensar (MP nº 2.158-35)	3.843	-	669	3.174
<b>Subtotal</b>	<b>6.696</b>	<b>122</b>	<b>923</b>	<b>5.895</b>
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	(356)	893	-	537
Obrigações fiscais diferidas	(3.364)	-	(28)	(3.336)
<b>Crédito tributário líquido</b>	<b>2.976</b>	<b>1.015</b>	<b>895</b>	<b>3.096</b>
<b>Total ativo</b>	<b>6.696</b>			<b>5.895</b>
<b>Total passivo (1)</b>	<b>3.720</b>			<b>2.799</b>

(1) Registrado em "Tributos Diferidos" no Exigível a longo prazo.

Expectativa de realização dos créditos tributários em 30 de junho de 2008:

	Exercício social (MP nº 2.158-35)	Outros	Total
2008	-	315	315
2009	658	91	749
2010	597	213	810
2011	536	28	564
2012	566	1.041	1.607
2013 a 2017	535	1.041	1.576
<b>Total</b>	<b>2.892</b>	<b>2.729</b>	<b>5.621</b>

O valor presente dos créditos tributários acima, calculado considerando a taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários, totalizou R\$ 4.374 (2007 - R\$ 4.750).

(b) Cálculo do imposto de renda e contribuição social:

	2008	2007
Resultado antes da tributação	6.259	13.692
Imposto de renda e contribuição social à alíquotas de 25% e 9% (i)	(2.128)	(4.655)
Efeito das adições e exclusões no cálculo de tributos:		
Juros sobre capital próprio pagos (líquidos)	2.618	-
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	219	(2)
<b>Imposto de renda e contribuição social do semestre</b>	<b>709</b>	<b>(4.657)</b>

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – PRIMEIRO SEMESTRE DE 2008**
**Senhores Acionistas,**

Submetemos à apreciação de V. Sas. o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e o parecer dos Auditores Independentes, referente às atividades da AIG Brasil Cia. de Seguros relativo aos semestres findos em 30 de junho de 2008 e 2007.

A empresa é uma subsidiária do Grupo Unibanco e do American International Group (AIG), conforme nota explicativa nº 1.

Através do seu acordo de acionistas, a Companhia conta com a experiência da AIG na precificação e aceitação de riscos e com o conhecimento do mercado brasileiro pelo Unibanco.

Recomendamos a leitura do extrato das operações combinadas do Grupo Unibanco AIG, que será publicado no jornal O Estado de São Paulo em 29 de agosto de 2008.

O Comitê de Auditoria do Conglomerado exerce, também, a função de Comitê de Auditoria das Empresas de Seguros e Previdência, conforme requerido pela Resolução SUSEP nº 118 de 22 de dezembro de 2004. O resumo do Relatório do Comitê de Auditoria sobre as demonstrações financeiras de

30 de junho de 2008 da Companhia foi publicado nas demonstrações financeiras da instituição líder do Conglomerado Unibanco, de acordo com o disposto no Art. 19 da referida Resolução.

**Performance Econômico-Financeira**

No semestre findo em junho de 2008, a Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 7,0 milhões, enquanto seu resultado operacional atingiu R\$ 1,7 milhões.

Os prêmios emitidos pela Companhia, atingiram um volume de R\$ 19,7 milhões, enquanto sua performance financeira alcançou R\$ 4,3 milhões.

**Distribuição de Lucros**

A Companhia tem como prática a distribuição de juros sobre o capital próprio mensalmente aos acionistas e distribuição de dividendos complementares ao final do ano, garantindo um mínimo de 25% estabelecido no seu acordo de acionistas, após a constituição de 5% da reserva legal.

**Perspectivas**

A Companhia continuará expandindo suas operações, aumentando seu volume de prêmios e mantendo sua forte atuação nas políticas de precificação e aceitação de risco, visando à contínua melhoria do seu

resultado operacional, e adicionalmente dar continuidade a boa performance das despesas administrativas. Esta é a estratégia adotada pela Companhia, que a deixa preparada para um cenário de queda na taxa de juros.

**Declaração de Capacidade Financeira**

Atendendo à Carta-Circular SUSEP/DECON nº 002/03, complementada pelas orientações fornecidas na Circular SUSEP nº 356, de 20 de dezembro de 2007, declaramos que a empresa possui capacidade financeira compatível com as suas operações, conforme detalhado nas notas explicativas nº 3 (b) e nº 4. A Companhia não mantém títulos registrados como mantidos até o vencimento.

**Agradecimentos**

Agradecemos aos nossos Acionistas, parceiros de negócios, corretores e clientes pela confiança em nossa administração bem como aos nossos colaboradores, pela sua decisiva contribuição para a conquista dos resultados da Companhia.

São Paulo, agosto de 2008.

**A Diretoria**
**BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO** (Valores expressos em milhares de reais)

	2008	2007		2008	2007
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>109.113</b>	<b>118.217</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>59.964</b>	<b>59.714</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>2.924</b>	<b>460</b>	<b>CONTAS A PAGAR</b>	<b>3.463</b>	<b>7.815</b>
Caixa e bancos	2.924	460	Obrigações a pagar	1.926	1.567
<b>APLICAÇÕES (Nota 4)</b>	<b>98.183</b>	<b>108.096</b>	Impostos e encargos sociais a recolher	20	58
<b>CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS</b>	<b>6.106</b>	<b>5.965</b>	Impostos e contribuições	1.382	6.059
Prêmios a receber	3.900	3.893	Outras contas a pagar	135	131
Operações com seguradoras	75	(2)	<b>DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS</b>	<b>5.247</b>	<b>5.544</b>
Operações com resseguradoras	1.733	1.727	Prêmios a restituir	11	6
Outros créditos operacionais	401	353	Operações com seguradoras	392	386
(-) Provisão para riscos de créditos	(3)	(6)	Operações com resseguradoras	1.810	1.741
<b>TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER</b>	<b>1.608</b>	<b>3.460</b>	Corretores de seguros e resseguros	282	253
Títulos e créditos a receber	5	3	Outros débitos operacionais	2.752	3.158
Créditos tributários e previdenciários (Nota 6 (a))	1.603	3.457	<b>DEPÓSITOS DE TERCEIROS (Nota 7)</b>	<b>3.015</b>	<b>704</b>
<b>OUTROS VALORES E BENS</b>	<b>204</b>	<b>142</b>	<b>PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS E RESSEGUROS (Nota 8)</b>	<b>48.239</b>	<b>45.651</b>
Bens à venda	204	142	<b>RAMOS ELEMENTARES E VIDA EM GRUPO</b>	<b>48.239</b>	<b>45.651</b>
<b>DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS</b>	<b>88</b>	<b>94</b>	Provisão de prêmios não ganhos	1.861	1.063
Seguros e resseguros	88	94	Sinistros a liquidar	33.322	27.572
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>59.074</b>	<b>52.502</b>	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	12.385	16.811
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>52.001</b>	<b>45.060</b>	Outras provisões	671	205
<b>APLICAÇÕES (Nota 4)</b>	<b>19.383</b>	<b>11.956</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>21.081</b>	<b>24.089</b>
Títulos de renda fixa	19.383	11.956	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>21.081</b>	<b>24.089</b>
<b>TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER</b>	<b>32.618</b>	<b>33.104</b>	<b>CONTAS A PAGAR</b>	<b>11.832</b>	<b>14.720</b>
Títulos e créditos a receber	476	454	Tributos diferidos (Nota 6 (b))	11.832	14.720
Créditos tributários e previdenciários (Nota 6 (a))	8.343	8.512	<b>OUTROS DÉBITOS</b>	<b>9.249</b>	<b>9.369</b>
Depósitos judiciais e fiscais	23.352	23.691	Provisões judiciais (Nota 9)	9.249	9.369
Outros créditos a receber	447	447	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 10)</b>	<b>87.142</b>	<b>86.916</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>7.067</b>	<b>7.442</b>	Capital social	70.000	59.618
Participações societárias	169	-	Aumento/redução de capital (em aprovação)	-	10.382
Imóveis destinados à renda	15.590	15.590	Reservas de capital	86	86
Outros investimentos	86	86	Reservas de reavaliação	113	3.753
(-) Provisão para desvalorização	(86)	-	Reservas de lucros	10.358	5.044
(-) Depreciação	(8.692)	(8.234)	Ajustes com títulos e valores mobiliários (Nota 4 (d))	(1.371)	(1.043)
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	Lucros acumulados	7.956	9.076
Bens móveis	193	188	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>168.187</b>	<b>170.719</b>
(-) Depreciação	(188)	(188)			
<b>DIFERIDO</b>	<b>1</b>	<b>-</b>			
Despesas de organização, implantação e instalação	1	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>168.187</b>	<b>170.719</b>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO** (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2008	2007
<b>OPERAÇÕES DE SEGUROS</b>		
Prêmios emitidos líquidos	19.658	18.270
Prêmios cedidos em resseguros	(1.100)	(326)
<b>PRÊMIOS RETIDOS</b>	<b>18.558</b>	<b>17.944</b>
<b>VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS</b>	<b>(1.189)</b>	<b>(213)</b>
<b>PRÊMIOS GANHOS</b>	<b>17.369</b>	<b>17.731</b>
<b>SINISTROS RETIDOS (Nota 12 (a))</b>	<b>(11.614)</b>	<b>(10.713)</b>
<b>DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO (Nota 12 (b))</b>	<b>(606)</b>	<b>(644)</b>
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS (Nota 12 (c))</b>	<b>(252)</b>	<b>(380)</b>
<b>CONTRIBUIÇÕES E PRÊMIOS PARA COBERTURA DE RISCOS</b>	<b>(6)</b>	<b>1.558</b>
(-) VARIAÇÃO DA PROVISÃO DE RISCOS	5	33
(=) RECEITA COM COBERTURA DE RISCOS	(1)	1.591
(-) BENEFÍCIOS E SINISTROS (Nota 12 (a))	186	(1.010)
<b>DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO (Nota 12 (b))</b>	<b>(17)</b>	<b>(256)</b>
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS (Nota 12 (c))</b>	<b>(1.417)</b>	<b>(668)</b>
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS (Nota 12 (d))</b>	<b>(1.364)</b>	<b>(942)</b>
<b>DESPESAS COM TRIBUTOS (Nota 12 (d))</b>	<b>(568)</b>	<b>(852)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO (Nota 12 (e) (f))</b>	<b>4.335</b>	<b>8.542</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL (Nota 12 (g))</b>	<b>616</b>	<b>573</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>6.667</b>	<b>12.972</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>(408)</b>	<b>720</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>6.259</b>	<b>13.692</b>
Imposto de renda (Nota 13 (b))	382	(3.425)
Contribuição social (Nota 13 (b))	327	(1.232)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE</b>	<b>6.968</b>	<b>9.035</b>
Quantidade de ações	108.427.875	108.427.875
Lucro líquido por ação - R\$	0,06	0,08

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Reservas de		Ajustes de títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
			Capital	Reavaliação			
<b>EM 1º DE JANEIRO DE 2007</b>	<b>60.018</b>	<b>9.982</b>	<b>86</b>	<b>3.794</b>	<b>5.044</b>	<b>692</b>	<b>79.616</b>
Ajustes de aumento de capital	(400)	400	-	-	-	-	-
Reserva de reavaliação - realização	-	-	-	(41)	-	41	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(1.735)	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	9.035	9.035
<b>EM 30 DE JUNHO DE 2007</b>	<b>59.618</b>	<b>10.382</b>	<b>86</b>	<b>3.753</b>	<b>5.044</b>	<b>(1.043)</b>	<b>9.076</b>
<b>EM 1º DE JANEIRO DE 2008</b>	<b>70.000</b>	<b>-</b>	<b>86</b>	<b>3.712</b>	<b>15.447</b>	<b>(766)</b>	<b>88.479</b>
Reversão de reavaliação	-	-	-	(3.599)	-	-	3.599
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(605)	(605)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	6.968	6.968
Juros sobre o capital próprio/Dividendos (Nota 10 (e))	-	-	-	-	(5.089)	-	(2.611)
<b>EM 30 DE JUNHO DE 2008</b>	<b>70.000</b>	<b>-</b>	<b>86</b>	<b>113</b>	<b>10.358</b>	<b>(1.371)</b>	<b>7.956</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2008 E DE 2007** (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Seguradora é subsidiária do American International Group (AIG) e do Grupo Unibanco. Atua em seguros gerais e de vida, inclusive em cosseguro com a sua coligada Unibanco AIG Seguros S.A.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, normas regulamentares aprovadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e normatização complementar estabelecida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

As demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2007, apresentadas para fins de comparação, foram reclassificadas, quando aplicável, para melhor apresentação e dentro dos padrões definidos pela Circular SUSEP nº 356/07, que introduziu alterações na classificação das contas do balanço patrimonial, da demonstração do resultado, bem como a modificação na forma de apresentação na demonstração de origens e aplicações de recursos. Adicionalmente, apresentamos a demonstração do resultado dos semestres findos em 30 de junho de 2008 e de 2007, com as alterações da Circular nº 371 divulgada em 03 de julho de 2008.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para contingências, na apuração de reservas vinculadas aos negócios de seguros e previdência privada e na seleção de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As práticas contábeis adotadas pela AIG Brasil Seguros S.A. emanam das disposições da Lei das Sociedades por Ações (sem considerar os efeitos da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, a ser regulamentada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), conforme mencionado na nota explicativa 15 (c)), da Comissão de Valores Mobiliários, das normas regulamentares aprovadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e normatização complementar estabelecida pela SUSEP.

**(a) Apuração de resultado**

- Os prêmios de seguro, assim como suas correspondentes despesas de comercialização, são reconhecidos nos resultados quando da emissão das apólices, e ajustados por meio da variação da provisão de prêmios não ganhos e das despesas de comercialização diferidas, de acordo com o período decorrido de vigência das apólices.
- As comissões de agenciamento e angariação são diferidas no resultado, de forma linear, pelo prazo contratual das apólices.

- As operações de cosseguro aceito são contabilizadas com base nas informações recebidas das respectivas congêneres. As operações de retrocessão são contabilizadas com base nas informações recebidas do IRB-Brasil Resseguros S.A.

- Os ativos, exceto as aplicações financeiras, são ajustados ao seu valor provável de realização ou recuperação, quando menor, mediante constituição de provisão.

- O imposto de renda e a contribuição social foram calculados com base nas alíquotas em vigor em cada período, aplicadas sobre o resultado contábil, ajustado nos termos da legislação fiscal em vigor (nota explicativa 13 (b)).
- Os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social são reconhecidos contabilmente nos períodos em que são gerados (nota explicativa 13 (a)).

**(b) Aplicações**
**Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários são reconhecidos contabilmente de acordo com os critérios para registro e avaliação determinados pela Resolução CNSP nº 86/02, pela Circular SUSEP nº 356/07 e Carta Circular SUSEP nº 2/03. Os títulos e valores mobiliários são classificados quando de sua aquisição em duas categorias, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

- Títulos disponíveis para venda – adquiridos como parte da estratégia da Seguradora na administração do risco de mercado, podendo ser negociados como resultado de variações nas taxas de juros, mudanças nas condições de pagamentos ou outros fatores. São contabilizados e ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de “Ajustes com títulos e valores mobiliários”, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

- Créditos de operações com seguros e resseguros e outras contas a receber

Representam os valores contratados que se encontram pendentes de recebimento, em razão do parcelamento do prêmio, acrescidos dos respectivos juros, custo de apólice, imposto sobre operações financeiras (IOF) e coberturas acessórias.

Os juros cobrados em virtude do parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO** (Valores expressos em milhares de reais)

	2008	2007
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>6.968</b>	<b>9.035</b>
<b>MAIS:</b>		
Depreciações e amortizações	229	228
- Variação aplicações	7.227	(13.950)
- Variação dos créditos das operações	(1.542)	982
- Variação de títulos e créditos a receber	2.595	1.994
- Variação de outros valores e bens	(48)	35
- Variação das despesas antecipadas	-	38
- Variação das despesas de comercialização diferidas	36	10
- Variação de contas a pagar	(13.089)	(2.004)
- Variação de débitos de operações com seguros e resseguros	1.368	932
- Variação de depósitos de terceiros	1.470	(346)
- Variação de provisões técnicas - seguros e resseguros	4.697	4.264
- Variação de outros débitos	(96)	608
- Variação de ajustes de TVM (PL)	(605)	(1.735)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO)</b>		
<b>NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>9.210</b>	<b>91</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
- Recebimento pela venda de ativo permanente	30	-
- Pagamento pela compra de ativo permanente	(6)	-
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO)</b>		
<b>NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>24</b>	<b>-</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
- Juros sobre capital próprio	(7.700)	-
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO)</b>		
<b>NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>1.534</b>	<b>91</b>
<b>AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>1.534</b>	<b>91</b>
Saldo de caixa + equivalente - caixa no início do período	1.390	369
Saldo de caixa + equivalente - caixa no final do período	2.924	460
<b>AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>1.534</b>	<b>91</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A provisão para riscos de créditos é calculada pela Administração para cobrir as perdas esperadas na realização dos créditos, apurada com base na parcela de prêmios pendentes vencidos, acima de 60 dias, líquidos das cessões de risco, e respectivas provisões de prêmios não ganhos.

**(d) Permanente**

Demonstrado ao valor de aplicação ou custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:

- Os imóveis foram reavaliados em 2004, nos termos da Circular SUSEP nº 284/05. Os resultados apurados no processo de reavaliação foram registrados na forma determinada pela SUSEP.

- As depreciações do imobilizado são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, às taxas anuais de 10% para móveis e utensílios, 20% para equipamentos de processamento de dados e veículos, e pelo período remanescente de vida útil dos bens imóveis reavaliados, tomando por base os laudos dos peritos independentes.

**(e) Ativos realizáveis e passivos exigíveis**

São demonstrados pelos valores de realização ou liquidação, inclusive, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias, incorridos até a data do balanço.

**(f) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, contingências passivas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2008 E DE 2007** (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Ativos contingentes – Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização.

Passivos contingentes – Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Obrigações legais – fiscais e previdenciárias – São derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras (nota explicativa 9).

(g) Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos nas Resoluções CNSP nº 181/07, 162/06. Ainda, nos termos da Resolução CNSP nº 135/05, uma avaliação atuarial das carteiras, com periodicidade anual, é realizada e encaminhada à Superintendência de Seguros Privados, com o respectivo parecer atuarial.

A provisão de prêmios não ganhos é constituída pela parcela de prêmio do seguro retido correspondente ao período de risco ainda não decorrido, de acordo com as normas da SUSEP.

A provisão de prêmios não ganhos relativa às operações de retrocessão é constituída com base em informações recebidas do IRB Brasil Resseguros S.A.

A provisão para insuficiência de prêmios é calculada segundo Nota Técnica Atuarial (NTA) e encaminhada à SUSEP.

Os encargos financeiros creditados às provisões técnicas são classificados como "Despesas financeiras".

A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, líquidos de recuperações, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação. Adicionalmente, é calculada uma provisão de sinistros estimados destinada à cobertura dos ajustes de estimativas da provisão de sinistros a liquidar, considerando inclusive aqueles processos civis relacionados a sinistros, cujo valor pode exceder aos valores contratados, gerados entre a data de aviso e a data de pagamento do sinistro, determinada em cálculos atuariais estabelecidos em Nota Técnica Atuarial (NTA), submetida à SUSEP.

A Seguradora constitui provisão de sinistros ocorridos mas não avisados ("Provisão de IBNR"), cujo valor foi determinado com base em cálculos atuariais que levaram em conta a experiência histórica e metodologia prevista em Nota Técnica submetida e aprovada pela SUSEP.

A provisão complementar de prêmios (PCP) foi constituída segunda as normas fixadas pela Resolução CNSP nº 162/06, alterada pela Resolução CNSP nº 181/07.

É constituída provisão para fazer face a encargos futuros com o Consórcio DPVAT, com base em informes emitidos pela administração do mesmo. Sobre os valores constituídos, são calculados juros à razão de 6% a.a., a débito da conta de "Despesas financeiras".

**4. APLICAÇÕES**

Classificação dos títulos e valores mobiliários:

(a) Os saldos patrimoniais em 30 de junho podem ser demonstrados por:

	2008	2007
<b>Títulos</b>		
Para negociação	60.321	71.012
Disponíveis para venda	57.245	49.040
<b>Total</b>	<b>117.566</b>	<b>120.052</b>
<b>Circulante</b>	<b>98.183</b>	<b>108.096</b>
<b>Longo prazo</b>	<b>19.383</b>	<b>11.956</b>

(b) Títulos para negociação:

Emissor/Tipo de aplicação	2008		2007	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Fundos de investimentos	60.065	60.065	70.412	70.412
Outros	256	256	600	600
<b>Total</b>	<b>60.321</b>	<b>60.321</b>	<b>71.012</b>	<b>71.012</b>

Os títulos e valores mobiliários classificados nessa categoria estão classificados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, dado serem ativa e freqüentemente negociados.

(c) Títulos disponíveis para venda

(i) Por tipo:

Emissor/Tipo de aplicação	2008			2007		
	Custo atualizado	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado	Custo atualizado	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado
<b>Governo federal</b>	<b>52.302</b>	<b>(271)</b>	<b>52.031</b>	<b>29.978</b>	-	<b>29.978</b>
Letras Financeiras do Tesouro	28.627	(271)	28.356	29.978	-	29.978
Letras Tesouro Nacional	23.675	-	23.675	-	-	-
<b>Carteira de ações</b>	<b>7.228</b>	<b>(2.014)</b>	<b>5.214</b>	<b>20.642</b>	<b>(1.580)</b>	<b>19.062</b>
<b>Total</b>	<b>59.530</b>	<b>(2.285)</b>	<b>57.245</b>	<b>50.620</b>	<b>(1.580)</b>	<b>49.040</b>

(ii) Por vencimento:

Emissor/Tipo de aplicação	2008			2007		
	Indeterminado	31 a 180 dias	181 dias a 1 ano	1 a 5 anos	Total	Total
<b>Governo federal</b>	-	<b>4.977</b>	<b>4.267</b>	<b>42.787</b>	<b>52.031</b>	<b>52.031</b>
Letras Financeiras do Tesouro	-	4.977	4.267	19.112	28.356	28.356
Letras Tesouro Nacional	-	-	-	23.675	-	-
<b>Carteira de ações</b>	<b>5.214</b>	-	-	-	<b>5.214</b>	<b>5.214</b>
<b>Total</b>	<b>5.214</b>	<b>4.977</b>	<b>4.267</b>	<b>42.787</b>	<b>57.245</b>	<b>57.245</b>

(d) Ajustes com títulos e valores mobiliários

Os ajustes não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria de "disponível para venda", são demonstrados no Patrimônio Líquido da seguinte forma:

	2008	2007
Letras Financeiras do Tesouro	(271)	-
Ações	(2.014)	(1.580)
<b>Total</b>	<b>(2.285)</b>	<b>(1.580)</b>

(-) Efeitos tributários

**Total líquido dos efeitos tributários**

**5. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS**

Estão vinculados à SUSEP, de acordo com as normas vigentes, os seguintes ativos:

	2008	2007
<b>Ativos financeiros garantidores</b>		
Fundos de investimento	7.397	39.896
Títulos de renda fixa	52.031	28.831
Títulos de renda variável	5.214	19.062
<b>Total</b>	<b>64.642</b>	<b>87.789</b>
<b>Ativos não financeiros</b>		
Provisões retidas pelo IRB	239	195
Depósitos judiciais	1.330	1.342
	<b>1.569</b>	<b>1.537</b>
<b>Total oferecido em cobertura</b>	<b>66.211</b>	<b>89.326</b>

**6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS E PROVISÃO PARA TRIBUTOS**

(a) Créditos tributários e previdenciários

	2008	2007
Crédito tributário (Nota 13 (a))	6.535	6.432
Imposto de renda e contribuição a compensar	3.411	5.537
<b>Total</b>	<b>9.946</b>	<b>11.969</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.603</b>	<b>3.457</b>
<b>Longo prazo</b>	<b>8.343</b>	<b>8.512</b>

As obrigações fiscais diferidas de IR e CSLL sobre reserva de reavaliação estão contidas em provisões para tributos diferidos que inclui, também, PAES (REFIS), conforme abaixo:

	2008	2007
(b) Tributos diferidos	75	2.799
Impostos de renda/contribuição social	11.757	10.594
PAES (REFIS) (i)	<b>11.832</b>	<b>13.393</b>

(i) Débitos junto à Secretaria da Receita Federal e ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS com parcelamento especial, conforme a Lei nº 10.684/03.

**7. DEPÓSITO DE TERCEIROS**

	2008	2007
Cobrança antecipada de prêmios	(13)	(165)
Prêmios e emolumentos (1)	2.575	416
Outros depósitos	453	453
<b>Total</b>	<b>3.015</b>	<b>704</b>

(1) Prêmios e emolumentos recebidos são relativos à cobrança de prêmios cujas apólices encontram-se em processo de emissão, ou que já foram cobrados dos segurados. A conciliação com os prêmios pendentes ocorrerão nos meses subseqüentes, conforme os prazos estabelecidos pela SUSEP.

**8. DEMONSTRATIVOS DAS PROVISÕES TÉCNICAS, SINISTROS A LIQUIDAR E DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS**

Ramos	2008		2007	
	Provisão de prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Despesas de comercialização diferidas
Penhor rural - instituições financeiras privadas	511	322	-	26
Acidentes pessoais coletivo	824	115	264	70
Benefitorias e produtos agropecuários	306	31	119	8
Renda de eventos aleatórios	66	6	24	4
Prestamista	52	442	903	43
Turístico	29	57	75	1
Vida em grupo	-	6.198	912	-
Transporte internacional	60	210	238	77
Compreensivo empresarial	8	557	28	-
Garantia de obrigações públicas	2	367	6	59
R.C. Geral	-	4.297	89	-
Responsabilidade civil facultativa	-	1.034	-	-
DPVAT (todas as categorias)	-	18.155	9.585	442
Demais ramos	3	1.531	142	-
<b>Total</b>	<b>1.861</b>	<b>33.322</b>	<b>12.385</b>	<b>671</b>

Ramos	2008		2007	
	Provisão de prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Despesas de comercialização diferidas
Penhor rural - instituições financeiras privadas	433	264	-	42
Acidentes pessoais coletivo	288	276	314	-
Benefitorias e produtos agropecuários	18	-	11	3
Renda de eventos aleatórios	110	4	36	27
Prestamista	65	338	2.590	-
Turístico	33	16	106	5
Vida em grupo	32	6.939	1.181	-
Transporte internacional	21	233	465	-
Compreensivo empresarial	14	1.147	19	-
Garantia de obrigações públicas	3	362	1	62
R.C. Geral	-	3.147	103	-
Responsabilidade civil facultativa	-	1.204	-	-
DPVAT (todas as categorias)	-	12.002	11.297	205
Demais ramos	46	1.640	688	-
<b>Total</b>	<b>1.063</b>	<b>27.572</b>	<b>16.811</b>	<b>205</b>

**9. PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**

A Seguradora é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista.

Nas ações trabalhistas, o valor das contingências é provisionado com base na média histórica dos pagamentos efetuados, bem como, quando aplicável, os correspondentes depósitos judiciais efetuados.

Nas ações civis, que envolvem disputas principalmente relativas a danos morais e materiais, o montante provisionado representa a avaliação da administração dos prováveis insucessos nessas ações, com base na média histórica dos pagamentos efetuados ou, quando aplicável, de acordo com a avaliação de seus respectivos assessores jurídicos.

Os processos tributários que, com base na Circular SUSEP nº 356/07 são considerados Obrigações Legais, são integralmente provisionados independentemente da respectiva avaliação da probabilidade de perda.

Em 30 de junho de 2008, a AIG Brasil Companhia de Seguros mantinha provisão para tais causas no valor total de R\$ 8.584 (2007 – R\$ 8.531), dentre as quais destacamos as principais: (i) PIS Emenda Constitucional 10/96 e 17/07 no montante de R\$ 5.749 (2007 – R\$ 5.478); e (ii) INSS autônomo no valor de R\$ 1.388 (2007 – R\$ 1.389).

Os processos tributários classificados como obrigações legais têm, de acordo com os seus respectivos assessores legais, risco de perda remota ou possível.

Os processos tributários que, com base na Circular SUSEP nº 356/07 são considerados contingências e cuja classificação de perda seja possível de acordo com a avaliação dos respectivos assessores legais, não são reconhecidos contabilmente. Em 30 de junho de 2008 os referidos processos líquidos dos efeitos tributários atingiram o montante de R\$ 7.946 (2007 – R\$ 1.804).

As provisões constituídas registradas em "Outros passivos contingentes" no exigível a longo prazo e respectivas variações em 30 de junho foram as seguintes:

	2008	2007
<b>Saldos patrimoniais</b>		
Provisões fiscais	8.584	8.531
Provisões trabalhistas	662	838
Provisões civis	3	-
<b>Total</b>	<b>9.249</b>	<b>9.369</b>
<b>Movimentação</b>		
Saldo inicial	9.344	8.761
Constituição	150	621
Reversão	(242)	(23)
Juros/atualização	4	214
Pagamentos	(7)	(204)
<b>Saldo final</b>	<b>9.249</b>	<b>9.369</b>

**10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

(a) Capital

O capital social subscrito e integralizado está representado por 108.427.875 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

(b) Aumento de capital

Conforme Portaria SUSEP nº 684 de 28 de junho de 2007 foi homologado pela SUSEP o aumento de capital no valor de R\$ 10.382 que elevou o capital social para R\$ 70.000.

(c) Reserva de capital

Corresponde à reserva de subvenções para investimentos.

(d) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

A reserva estatutária é constituída para assegurar à sociedade margem operacional até o limite máximo do capital social, constituída à base do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

**Demonstração das reservas de lucros**

	2008	2007
Reserva legal	5.001	4.255
Reservas estatutárias	5.357	789
<b>Total</b>	<b>10.358</b>	<b>5.044</b>

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado conforme o art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Conforme Ata Sumária de Reunião da Diretoria Executiva, realizada em 31 de maio de 2008, foi proposto pela Administração, o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 7.700, sendo R\$ 5.089 de reserva de lucros e R\$ 2.611 do resultado do semestre, na razão de R\$ 0,07101495 por ação (R\$ 0,06036271 líquido de imposto de renda na fonte), gerando benefício fiscal obtido pela dedutibilidade no montante de R\$ 2.618.

(f) Capital adicional para o risco de subscrição

A SUSEP divulgou as Resoluções CNSP de nºs 155 a 158, em 26 de dezembro de 2006, que instituíram as regras de alocação de capital dos riscos provenientes da subscrição para os diversos ramos de seguros e também os critérios de atuação do órgão regulador em relação à eventual insuficiência de capital para as seguradoras, com vigência a partir de janeiro de 2008.

Em dezembro de 2007, a SUSEP editou a Resolução nº 178, do CNSP e a Circular SUSEP nº 355 revogando a Resolução nº 158, aumentando o prazo de adequação do capital mínimo de três para quatro anos.

De acordo com os estudos efetuados pela Seguradora, o patrimônio líquido ajustado em 30 de junho de 2008, mostrou-se adequado ao valor exigido pela nova regra.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2008 E DE 2007** (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

(g) Demonstração do patrimônio líquido ajustado – PLA e margem de solvência

Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 356/07, o patrimônio líquido ajustado para os semestres findos em 30 de junho estão demonstrados a seguir:

	2008	2007	31 de dezembro de 2006	Constituição	Realização	30 de junho de 2007
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>87.142</b>	<b>86.916</b>				
Ativo diferido	(1)	-				
<b>Patrimônio líquido ajustado</b>	<b>87.141</b>	<b>86.916</b>				
<b>Margem de solvência</b>						
<b>Patrimônio líquido ajustado</b>	<b>87.141</b>	<b>86.916</b>				
0,20 Prêmio retenção anual média - últimos 12 meses	5.639	6.366				
0,33 Sinistro retenção anual média - últimos 36 meses	6.774	7.281				
Margem de solvência	6.774	7.281				
<b>Suficiência</b>	<b>80.367</b>	<b>79.635</b>				

**11. PRÊMIOS GANHOS – PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO**

	2008			2007		
	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento
DPVAT convênio	13.360	82,0%	1,0%	12.272	80%	0%
Prestamista	840	(54,0)%	28,0%	1.022	(29)%	28%
Vida em grupo	591	63,0%	15,0%	1.591	63%	16%
Acidentes pessoais/coletivo	1.430	19,0%	2,0%	3.106	(14)%	2%
Demais	1.148	(36,0)%	15,0%	1.330	54%	15%
<b>Total</b>	<b>17.369</b>	<b>67%</b>	<b>4%</b>	<b>19.321</b>	<b>61%</b>	<b>4%</b>

**12. DETALHAMENTO DAS CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO**

	2008	2007
<b>(a) Sinistros retidos (1)</b>		
Sinistros diretos	(2.067)	(3.973)
Sinistros de consórcios e fundos	(8.034)	(7.866)
Serviços de assistência	(12)	-
Recuperação de sinistros	108	414
Salvados e ressarcimentos	91	462
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(1.514)	(760)
<b>Total</b>	<b>(11.428)</b>	<b>(11.723)</b>
<b>(b) Despesas de comercialização (1)</b>		
Comissões	(975)	(1.156)
Recuperação de comissões	395	304
Outras despesas de comercialização	(4)	(38)
Variação das despesas de comercialização diferidas	(38)	(9)
Despesas com cobrança (VI/VG)	(1)	(1)
<b>Total</b>	<b>(623)</b>	<b>(900)</b>
<b>(c) Outras receitas e despesas operacionais</b>		
Recuperação de despesas	17	4
Receitas c/ participações em lucros	90	19
Desp. c/ adm. apólices e/ou contratos	(6)	(28)
Provisão para riscos de créditos duvidosos	(1)	8
Despesas com cobrança	(419)	(417)
Lucros atribuídos	(1.419)	(748)
Despesas com encargos sociais	(1)	(2)
Despesas diversas	(9)	-
Outras	79	116
<b>Total</b>	<b>(1.669)</b>	<b>(1.048)</b>
<b>(d) Despesas administrativas e com tributos</b>		
Despesas com pessoal próprio	(14)	523
Despesas com serviços de terceiros	(1.268)	(1.248)
Despesas com localização e funcionamento	(14)	(5)
Despesas com tributos	(568)	(852)
Despesas com publicações	(74)	(41)
Despesas doativos e contribuições	(6)	(20)
Despesas diversas	12	(128)
Convênio DPVAT	-	(23)
<b>Total</b>	<b>(1.932)</b>	<b>(1.794)</b>
<b>(e) Receitas financeiras</b>		
Receitas com títulos de renda fixa – privados	3.881	3.952
Receitas com títulos de renda fixa – públicos	2.689	6.362
Receitas com títulos de renda variável	4	214
Receitas com operação de seguros	134	424
Receitas depósitos e fundos retidos	8	16
Outras receitas financeiras	54	6
<b>Total</b>	<b>6.770</b>	<b>10.974</b>
<b>(f) Despesas financeiras</b>		
Operações de seguros	(2.058)	(1.563)
Encargos sobre tributos	(54)	(29)
Impostos e contribuição de transações	(221)	(896)
Despesas financeiras eventuais	(102)	56
<b>Total</b>	<b>(2.435)</b>	<b>(2.432)</b>
<b>(g) Resultado patrimonial</b>		
Receitas com imóveis de renda	616	573
<b>Total</b>	<b>616</b>	<b>573</b>

(1) Contempla os ramos elementares e Vida individual/Vida em grupo.

**13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

(a) Provisão para tributos e crédito tributário e previdenciários  
 O imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias são registrados em "Créditos Tributários e Previdenciários". Os créditos tributários sobre as adições temporárias são realizados quando da utilização ou reversão das provisões relacionadas.

	31 de dezembro de 2007	Constituição	Realização	30 de junho de 2008
Outras provisões não dedutíveis	2.699	47	17	2.729
Contribuição social a compensar (MP nº 2.158-35)	2.943	-	51	2.892
<b>Subtotal</b>	<b>5.642</b>	<b>47</b>	<b>68</b>	<b>5.621</b>
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	395	519	-	914
Obrigações fiscais diferidas	(3.328)	-	(3.253)	(75)
<b>Crédito tributário líquido</b>	<b>2.709</b>	<b>566</b>	<b>(3.185)</b>	<b>6.460</b>
<b>Total ativo</b>	<b>6.037</b>			<b>6.535</b>
<b>Total passivo (1)</b>	<b>(3.328)</b>			<b>(75)</b>

	2008	2007
Provisão para perdas com créditos	5	-
Outras provisões não dedutíveis	2.848	122
Contribuição social a compensar (MP nº 2.158-35)	3.843	-
<b>Subtotal</b>	<b>6.696</b>	<b>122</b>
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	(356)	893
Obrigações fiscais diferidas	(3.364)	-
<b>Crédito tributário líquido</b>	<b>2.976</b>	<b>1.015</b>
<b>Total ativo</b>	<b>6.696</b>	<b>5.895</b>
<b>Total passivo (1)</b>	<b>3.720</b>	<b>2.799</b>

(1) Registrado em "Tributos Diferidos" no Exigível a longo prazo.

Expectativa de realização dos créditos tributários em 30 de junho de 2008:

	Contribuição social (MP nº 2.158-35)	Outros	Total
2008	-	315	315
2009	658	91	749
2010	597	213	810
2011	536	28	564
2012	566	1.041	1.607
2013 a 2017	535	1.041	1.576
<b>Total</b>	<b>2.892</b>	<b>2.729</b>	<b>5.621</b>

O valor presente dos créditos tributários acima, calculado considerando a taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários, totalizou R\$ 4.374 (2007 – R\$ 4.750).

(b) Cálculo do imposto de renda e contribuição social:

	2008	2007
Resultado antes da tributação	6.259	13.692
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9% (i)	(2.128)	(4.655)
Efeito das adições e exclusões no cálculo de tributos:		
Juros sobre capital próprio pagos (líquidos)	2.618	-
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	219	(2)
<b>Imposto de renda e contribuição social do semestre</b>	<b>709</b>	<b>(4.657)</b>

(i) Conforme comentado abaixo, a alíquota da contribuição social aplicável ao resultado tributável auferido pelo Companhia foi elevada de 9% para 15% a partir de 1º de maio de 2008. A despesa com a contribuição social do semestre não sofreu o impacto da majoração da alíquota, em virtude da apuração de base negativa no período e de não ter sido reconhecido o crédito tributário correspondente à majoração.

A Lei nº 11.727 de junho de 2008, aprovou medidas tributárias, elevando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL das instituições financeiras, sociedades seguradoras e de capitalização de 9% para 15% sobre o lucro tributável a partir de 1º de maio de 2008. Caso a Ação Direta de Inconstitucionalidade em trâmite, seja deferida pelo Supremo Tribunal Federal – STF, os seus efeitos serão anulados e os correspondentes créditos tributários deverão ser realizados pela alíquota de 9%. Em 30 de junho de 2008, a referida elevação da alíquota da contribuição social foi reconhecida sobre os saldos de créditos tributários, no limite dos passivos correspondentes. O crédito tributário correspondente à majoração da alíquota não reconhecido, representa o montante de R\$ 86, líquido das obrigações diferidas.

**14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Os valores abaixo referem-se às operações envolvendo a AIG Brasil Companhia de Seguros e empresas dos grupos Unibanco e Unibanco AIG.

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições comutativas a preços, prazos e taxas normais de mercado, e compreendem operações de cosseguros, depósitos bancários e aplicações financeiras.

	2008	2007
<b>Ativo</b>		
Disponível	2.749	269
Prêmios a receber de cosseguro aceito	487	155
<b>Passivo</b>		
Comissões sobre prêmios emitidos de cosseguro aceito	121	19
Sinistros de cosseguro aceito	300	341
<b>Receitas</b>		
Prêmios de cosseguros aceitos	493	115
<b>Despesas</b>		
Sinistros de cosseguro aceito	6	-

**15. OUTRAS INFORMAÇÕES**

(a) Seguros de ativos próprios  
 A Companhia mantém seguros no montante de R\$ 5.978 (2007 – R\$ 5.978), julgados suficiente para cobrir eventuais perdas em seus ativos.

(b) Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2008 e de 2007, a Companhia não participava de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

(c) Alteração da Lei das Sociedades por ações – Lei nº 11.638/07

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, que entrou em vigor a partir do exercício que se iniciou em 1º de janeiro de 2008 produzindo efeitos nas demonstrações financeiras do exercício de 2008.

As principais alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores para serem integralmente aplicadas e, nesse sentido, a SUSEP, através da Carta Circular SUSEP/DECON/GAB nº 5 de 9 de junho de 2008, estabeleceu que os efeitos da nova Lei somente deverão ser refletidos nas demonstrações financeiras anuais. A Administração reconhecerá os impactos dessas alterações no momento em que forem regulamentadas e a expectativa é de que não serão relevantes em relação ao conjunto das demonstrações financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA	
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA EXECUTIVA
<b>Presidente</b> Gustavo Covacevich	<b>Diretor-Presidente</b> José Castro Araújo Rudge
<b>Vice-Presidente</b> Pedro Moreira Salles	<b>Diretores-Executivos</b> Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade Lauriberto Tadeu Tavares Ney Ferraz Dias
<b>Conselheiros</b> Alejandro Pedroza Israel Vainboim Marcos de Barros Lisboa Ney Ferraz Dias Paolo Silvio Grassi	Helio Eduardo Martinez Pavão Atuário – MIBA612 Sergio Roberto Ferreira Mendes Contador CRC nº 1RJ072692/O-1 S SP

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Administradores e Acionistas

**AIG Brasil Companhia de Seguros S.A.**

1. Examinamos os balanços patrimoniais da AIG Brasil Companhia de Seguros S.A. em 30 de junho de 2008 e de 2007 e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos dos semestres findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade da sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Seguradora, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Seguradora, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AIG Brasil Companhia de Seguros S.A. em 30 de junho de 2008 e de 2007 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos dos semestres findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à promulgação da Lei nº 11.638/07.

4. Conforme mencionado na nota explicativa 15 (c), em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008. Essa Lei alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e provocou mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para serem integralmente aplicadas pelas instituições por eles reguladas. Dessa forma, nessa fase de transição, a SUSEP, por meio da Carta-Circular SUSEP/DECON/GAB nº 5/2008, de 9 de junho de 2008, esclareceu que os ajustes decorrentes da Lei nº 11.638/07 só deverão ser efetuados nas demonstrações financeiras anuais. Assim, as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2008 foram elaboradas de acordo com essa orientação da SUSEP e não contemplam as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

São Paulo, 26 de agosto de 2008.

  
 Auditores Independentes  
 CRC 2SP000160/O-5

Paulo Sergio Miron  
 Contador  
 CRC 1SP191325/O-0